



Nós precisamos sim  
Você de mim e eu de você<sup>1</sup>

Wania M. Coelho Ferreira Cidade  
[waniacidade@globocom](mailto:waniacidade@globocom)

Manifesto-me junto aos colegas desta mesa e junto a todos aqueles que apoiaram a iniciativa da Diretoria de Infância e Adolescência da FEPAL, sob a direção de Beth Cimenti, de redigir um documento que torne público o grave fenômeno de abandono e maus-tratos em que vivem milhares de crianças e adolescentes na América Latina.

Manifestar significa dar a conhecer, tornar público, revelar, divulgar, e penso que nossa ação visa sensibilizar, mover os psicanalistas no sentido de se comprometerem com esta problemática social e política, e igualmente pertinente ao campo psicanalítico.

Desde Freud, e passando por Melanie Klein, Winnicott, Bion, Lacan, as formulações e os discursos psicanalíticos enfatizam a importância dos vínculos afetivos e de cuidados nos períodos iniciais de vida e da infância. Portanto, é intrínseca à nossa formação ética, teórica e técnica a compreensão da necessidade de investimento libidinal dos pais ou de seus substitutos para que o bebê se desenvolva e cresça saudável. Este princípio encontra a possibilidade de

---

<sup>1</sup> Taiguara, “Teu sonho não acabou”.



observação na experiência analítica com crianças, com adolescentes e mesmo com adultos.

As teorias que fundamentam o saber psicanalítico se baseiam nos primórdios da vida para a compreensão da saúde e da doença de crianças, jovens e adultos. *A priori* sabemos que o ser humano precisa inexoravelmente do outro para existir e tornar-se sujeito, e esta condição não cessa na infância, e seremos sempre dependentes do outro em nossa existência. Então, desde o encontro de um par ou do encontro de um óvulo com um espermatozoide ou, ainda, de um processo de busca por um bebê, é preciso dois para que desta soma nasça o terceiro – é desta equação que se faz a vida. Não sobrevivemos sem o outro.

A criança e o jovem têm um estatuto e um lugar específicos na relação com os pais, com a família e nos espaços sociais. Essas relações, por sua vez, são mediadas pela cultura. No entanto, tal configuração pode ser rompida por inúmeros fatores, internos aos sujeitos envolvidos ou externos a eles. Considero importante um parêntese para citar Freud.

No texto “Introdução ao Narcisismo”, de 1914, Freud nomeia o bebê como “Sua Majestade”, aludindo justamente à demanda de cuidados e de investimentos libidinais a ele voltados, um apoiando o outro, promovendo a passagem do autoerotismo ao narcisismo.

Seria por esta transformação crucial que o eu como registro psíquico seria constituído, caracterizando que este seria então o narcisismo primário, indicação insofismável que evidenciaria a unidade psíquica originária em oposição à fragmentação autoerótica anterior (Birman, 2016, p. 26).



Este eu narcísico é engendrado pelo desejo dos pais e da família que idealizam que este ser carente, dependente e indefeso realize tudo aquilo que eles próprios foram incapazes de realizar.

Não pretendo desenvolver aqui todo o caminho do texto sobre o narcisismo, mas acho importante destacar, em linhas gerais, a ação psíquica que forma o narcisismo, pois é justo neste estágio que o bebê onipotente, mágico e majestoso seja investido pelo ideal dos pais que abrem mão de seus desejos em nome do infante.

Assim, para humanizar-se, o bebê precisa da relação com a mãe, com o pai, com o outro. Refiro-me às funções que embalam e banham o bebê, seja através do olhar, seja dos afetos, dos toques e dos cuidados. Trata-se daquela função que compreende a angústia e consegue catalisá-la, devolvendo-a de tal maneira para o bebê – ou para a criança pequena – que ele se acalma, sente-se seguro, aquela que é capaz de sonhar junto, permitindo que o bebê fique tranquilo. É importante frisar que me refiro a qualquer configuração familiar, independente de ser uma família nos moldes tradicionais, pois se trata da função e do lugar que cada um ocupa.

Conhecemos de cor esta trajetória da primeira infância e suas repercussões na vida adulta e temos acesso também ao avesso da história de construção do sujeito. O trajeto é complexo, a entrada no espaço social consegue complicar muito o percurso, e a violência, o abandono e o abuso podem ser deslocados para o elo mais frágil do núcleo familiar.

A violência contra a criança está presente em todos os estratos e classes sociais, mas ela é mais evidente nas classes mais pobres, porque a precariedade sacrifica também o bem viver. O olhar tão necessário e promotor de saúde pode estar apagado, opaco ou mesmo



indiferente quando se permanece em estado de sobrevivência. Não que toda a pobreza leve a este desconcertante estado, mas a falta de dispositivos de atenção às famílias, às mães, muitas vezes sozinhas, e à criança pode levar ao adoecimento psíquico do conjunto familiar.

Há um dado terrível que estrutura a sociedade brasileira, presente também em outros países da América Latina, que promove abismos e violências contra gestantes, puérperas, crianças, jovens e adultos, e cujo estrago emocional se inicia antes do nascimento, nos desejos inconscientes da mãe e da família ou pelas pressões que estas sofrem. Refiro-me ao racismo e à sua violência mortífera que criam fendas intransponíveis na sociedade brasileira e que são sentidos desde a mais tenra infância. Sociedade que sofre profundamente em função da força de práticas coloniais e da manutenção deste pensamento na ordenação social.

Esta é uma ferida que cada sujeito negro ou negra sente rasgar a carne, muitas vezes no próprio seio familiar ou na entrada no campo social. São, como diz Lia Vainer Schucman, “zonas de apagamentos e silêncios” que maltratam e, no extremo, conduzem crianças e adolescentes ao suicídio.

Segundo o Ministério de Saúde (do Brasil), adolescentes e jovens negros têm mais risco de cometer o suicídio do que jovens brancos na mesma faixa etária. Em 2019, a taxa de mortalidade aumentou em 12% entre crianças adolescentes e jovens de 10 a 29 anos (Cidade, Wania, 2019).

Importante assinalar que não são experiências individuais e isoladas, mas sim construções culturais e políticas modeladas pelo poder branco, eurocêntrico, heterocisnormativo. Trata-se antes de rejeições, xingamentos, maus-tratos físicos e psicológicos que alijam



o infante, atacando-o e distorcendo o que há de mais caro em sua existência: a estima em relação a si mesmo, suas identificações e o espelhamento que reflete o horror do racismo. A condição de vida da população negra é transversalizada por experiências impostas por uma

Elite que fez uma apropriação simbólica crucial, que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, (...) que danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades sociais (Bento, Cida, 2003).

Iniciei meu texto falando de maus-tratos, abandono e violência na infância e na juventude. Proponho agora que pensemos, a partir do exercício psicanalítico, o que temos sentido quando nos deparamos com políticas que invisibilizam grupos, tentam homogeneizar comportamentos e hierarquizar sujeitos, marcando territórios, desconstruindo projetos que lutam pela dignidade humana e eliminando vidas. Quem fica excluído neste projeto genocida?

Informo que a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil. Morre a esperança de famílias que viam em seus filhos a possibilidade de uma vida diferente. Morre a dignidade de uma nação.

E que as crianças cantem livres sobre os muros

E ensinem sonho ao que não pode amar sem dor

E que o passado abra os presentes para o futuro

Que não dormiu e preparou o amanhecer... (Taiguara, 1973)